

# SIMULADO GRÁTIS

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PIAUÍ  
Técnico Judiciário - Área Administrativa



## PROVA OBJETIVA

### Língua Portuguesa

#### Texto I (Questões 01 a 03)

##### Velhas cartas

“Você nunca saberá o bem que sua carta me fez...” Sinto um choque ao ler esta carta antiga que encontro em um maço de outras. Vejo a data, e então me lembro onde estava quando a recebi. Não me lembro é do que escrevi que fez tanto bem a uma pessoa. Passo os olhos por essas linhas antigas, elas dão notícias de amigos, contam uma ou outra coisa do Rio e tenho curiosidade de ver como ela se despedia de mim. É do jeito mais simples: “A saudade de...”

Agora folheio outras cartas de amigos e amigas; são quase todas de apenas dois ou três anos atrás. Mas como isso está longe! Sinto-me um pouco humilhado, pensando como certas pessoas me eram necessárias e agora nem existiriam mais na minha lembrança se eu não encontrasse essas linhas rabiscadas em Londres ou na Suíça. “Cheguei neste instante; é a primeira coisa que faço, como prometi, escrever para você, mesmo porque durante a viagem pensei demais em você...”

Isto soa absurdo a dois anos e meio de distância. Não faço a menor ideia do paradeiro dessa mulher de letra redonda; ela, com certeza, mal se lembrará do meu nome. E esse casal, santo Deus, como era amigo: fazíamos planos de viajar juntos pela Itália; os dias que tínhamos passado juntos eram “inesquecíveis”.

E esse amigo como era amigo! Entretanto, nenhum de nós dois se lembrou mais de procurar o outro. (...) As cartas mais queridas, as que eram boas ou ruins demais, eu as rasguei há muito. Não guardo um documento sequer das pessoas que mais me afligiram e mais me fizeram feliz. Ficaram apenas, dessa época, essas cartas que na ocasião tive pena de rasgar e depois não me lembrei de deitar fora. A maioria eu guardei para responder depois, e nunca o fiz. Mas também escrevi muitas cartas e nem todas tiveram resposta.

BRAGA, Rubem

#### 01. Lendo cartas antigas e já esquecidas, o cronista se dá conta de que

- A a passagem do tempo só faz tornar mais nítidas as sensações compartilhadas com pessoas queridas.
- B a letra pessoal, mesmo não reconhecida a princípio, faz ver de súbito a identidade profunda do outro.
- C o sentimento de uma amizade profunda ressurgiu e intensifica-se com a leitura de velhas notícias.
- D a correspondência guardada registra as experiências essenciais, que ele não quer perder no tempo.

E o valor do que lhe parecia mais relevante relativizou-se ou apagou-se com a passagem do tempo.

#### 02. Considere as seguintes afirmações:

- I. Ao ler a primeira carta antiga do maço que guardara, o autor se surpreende com a lembrança agradecida que a amada guardara de um gesto seu, e que agora ressurgiu com toda a clareza.
- II. A humilhação que o autor experimenta, ao ler cartas que não datam de mais de dois ou três anos, deve-se ao fácil esquecimento a que relegara pessoas amigas.
- III. Ao revisitar cartas antigas, o autor se dá conta de que deitara fora as cartas que julgava menos importantes, lamentando ter guardado as que vivavam as mais duras lembranças.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- A I.
- B II.
- C III.
- D I e II.
- E II e III.

#### 03. Considerando-se o contexto, demonstra-se uma compreensão INCORRETA de um segmento do texto em:

- A Não me lembro é do que escrevi (1º parágrafo) = é do que escrevi que não consigo me lembrar.
- B Mas como isso está longe! (2º parágrafo) = E no entanto como isso parece longínquo!
- C Isto soa absurdo a dois anos e meio de distância (3º parágrafo) = Há dois anos e meio isto soa como algo irrelevante.
- D Não faço a menor ideia do paradeiro dessa mulher (3º parágrafo) = Nem imagino por onde essa mulher estará.
- E tive pena de rasgar e depois não me lembrei de deitar fora (4º parágrafo) = fiquei com dó de rasgar e depois me esqueci de jogar fora.

#### 04. A concordância, a ortografia e a acentuação estão plenamente corretas na frase que se encontra em:

- A Falta e ausência têm em quaisquer seres humanos.
- B Não há falta e ausência em uma série de indivíduos.
- C Não existem falta e ausência como sentimentos humanos.
- D Todos nós nos sentimos em falta para com o outro as vezes.
- E Não haviam falta e ausência em nós quando eramos crianças.

## Texto II (Questão 05)

A comunicação pode ser entendida como o compartilhamento de um significado entre dois ou mais indivíduos e, na maioria dos casos, não ocorre espontaneamente, sem qualquer objetivo. Ela é iniciada por alguém que visa alcançar um determinado resultado.

No processo de comunicação intercultural, ao comunicador compete conhecer tanto a sua cultura quanto a cultura de seu receptor. Do ponto de vista teórico, tais recomendações não se distanciam muito do esquema elementar desenvolvido pelo professor Wilbur Schramm, nos primórdios dos estudos da comunicação. Ao transmissor competia codificar uma ideia e gerar um sinal – ou mensagem – através de um meio, de modo que o receptor pudesse decodificá-lo e absorver o seu significado. Esse processo desenrolava-se sobre um cenário, ou contexto, e dizia-se que cabia ao transmissor dimensionar a mensagem no nível de percepção e entendimento do receptor.

São comuns, entretanto, as situações em que, em lugar de assumir esperadas posições de competência na comunicação intercultural, vemos transmissores emitindo mensagens que não são compreendidas pelos seus receptores, impossibilitando-os de produzir significados próprios e transformando-os em meros repetidores do que ouvem – numa clara relação de dominação. Os exemplos seriam muitos; para lembrar apenas um, no campo da comunicação empresarial, podemos mencionar o grande número de empresas internacionais que utiliza, no Brasil, slogans ou lemas publicitários em inglês – sem tradução – a despeito do fato de que não mais do que dez por cento da população seja fluente nesse idioma.

PENTEADO, José Roberto Whitaker – Adaptado

### 05. A análise correta de um trecho do texto está em:

A A vírgula em esquema *elementar desenvolvido pelo professor Wilbur Schramm, nos primórdios dos estudos da comunicação* (2º parágrafo) permite concluir que o professor Wilbur Schramm desenvolveu outros esquemas a respeito da comunicação.

B A expressão destacada em *A comunicação pode ser entendida como o compartilhamento de um significado entre dois ou mais indivíduos* (1º parágrafo), embora seja o sujeito do verbo, o que justifica a concordância, não é o agente da ação verbal.

C A palavra destacada em *transformando-os em meros repetidores do que ouvem* (3º parágrafo) confere um tom de impessoalidade ao texto, na medida em que chama a atenção para a finalidade essencialmente didática do texto.

D Caso se empreguem no plural as formas nominais destacadas em *cabia ao transmissor dimensionar a mensagem* (2º parágrafo), as formas verbais, *cabia e dimensionar*, também deverão flexionar-se no plural.

E As formas pronominais destacadas em *Ao transmissor competia codificar uma ideia e gerar um*

*sinal [...] através de um meio, de modo que o receptor pudesse decodificá-lo e absorver o seu significado* (2º parágrafo) retomam a palavra *meio*.

## Texto II (Questão 06 a 08)

Uma águia perseguia uma lebre que estava longe de qualquer proteção. Mas, assim que a lebre avistou um escaravelho, o único protetor que a ocasião lhe oferecia, foi até ele e suplicou ajuda. O escaravelho a amparou e, quando viu a águia se aproximando, pôs-se a pedir-lhe que não levasse embora sua protegida. A águia, porém, esnobou a pequenez do escaravelho e devorou a lebre diante dele. Ressentido, o escaravelho passou a espreitar os ninhos da águia e, cada vez que ela punha ovos, subia lá no alto e os fazia rolar e quebrar, até que a águia, encurralada, buscou refúgio junto de Zeus, que a tem como sua ave sagrada, e pediu-lhe que arrumasse um lugar seguro para a ninhada. Zeus lhe deu permissão para botar os ovos no colo dele. Ao ver isso, o escaravelho fez uma pelota de esterco, voou até alcançar o colo de Zeus e soltou-a lá. Foi aí que Zeus se levantou para sacudir o esterco e, sem se dar conta, deixou cair os ovos. Desde então, dizem que, na época em que os escaravelhos aparecem, as águias não fazem o ninho.

ESOPO, 2013

**06. Em *O escaravelho a amparou e, quando viu a águia se aproximando, pôs-se a pedir-lhe que não levasse embora sua protegida*, os termos em sublinhados constituem, respectivamente:**

- A artigo – pronome – pronome.
- B pronome – artigo – preposição.
- C pronome – pronome – preposição.
- D artigo – artigo – preposição.
- E pronome – artigo – pronome.

**07. Mas, assim que a lebre avistou um escaravelho, o único protetor que a ocasião lhe oferecia, foi até ele e suplicou ajuda. O escaravelho a amparou e, quando viu a águia se aproximando, pôs-se a pedir-lhe que não levasse embora sua protegida. Os pronomes sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:**

- A águia – escaravelho – escaravelho.
- B escaravelho – escaravelho – águia.
- C lebre – escaravelho – águia.
- D escaravelho – águia – escaravelho.
- E lebre – águia – águia.

**08. Em *Ao ver isso, o escaravelho fez uma pelota de esterco, voou até alcançar o colo de Zeus e soltou-a lá*. O trecho sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido, por:**

- A Ainda que viu
- B Quando viu
- C À medida que viu
- D Enquanto viu
- E Assim como viu

## Regimento Interno do TRT da 22ª Região

### 09. Segundo o Regimento Interno do TRT 22ª Região, terão preferência de julgamento, EXCETO:

- A os processos em que haja inscrição de advogado para sustentação oral;
- B os processos remanescentes de sessões anteriores;
- C os processos em que tenha havido pedido de vista;
- D os processos cujos Relatores e Revisores tenham que se retirar ou que estejam convocados, exclusivamente, para esses julgamentos;
- E processos que estejam há mais de 2 (dois) meses sem movimentação.

### 10. De acordo com o Regimento Interno do TRT 22ª Região, os processos de competência do Tribunal serão distribuídos por classes, com designação própria e seguindo determinada ordem, sendo competência do Tribunal Pleno, EXCETO:

- A Dissídio Coletivo;
- B Pedido de Extensão de Decisões proferidas em dissídios coletivos;
- C Embargos de Declaração
- D Recurso Ordinário em "Habeas-Corpus";
- E Agravo Regimental

### 11 Assinale a alternativa INCORRETA segundo o Regimento Interno do TRT 22ª Região:

- A O Desembargador do Trabalho a quem couber a redação do acórdão deverá lavrá-lo e publicá-lo em 10 (dez) dias, contados da sessão de julgamento.
- B Arguida a inconstitucionalidade de lei ou de disposição nela contida, ou de ato normativo do Poder Público, o Relator submeterá a questão a qualquer uma das Turmas..
- C Os processos de competência recursal serão registrados e autuados nas Varas do Trabalho. Após triagem, os feitos que mereçam intervenção obrigatória do Ministério Público do Trabalho, ser-lhe-ão remetidos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento e os demais ao Serviço de Cadastramento Processual
- D A petição inicial será instruída com a certidão de inteiro teor, ou cópia reprográfica, da decisão ou do despacho reclamado e dos documentos indispensáveis ao procedimento.
- E Das decisões proferidas pelo Corregedor-Regional cabe Agravo Regimental, no prazo de 08 (oito) dias, contados da publicação no órgão oficial.

### 12 São atribuições do Vice-Presidente do Tribunal, EXCETO:

- A suceder o Presidente, em caso de vaga, e substituí-lo no seu impedimento, férias, licenças e ausências;
- B exercer a função de Corregedor-Regional, com as atribuições definidas neste Regimento Interno;

C exercer outras atribuições que, de comum acordo, lhe forem delegadas pelo Presidente ou que lhe tenham sido designadas pelo Tribunal;

D manter entendimentos, com autoridades e instituições, visando à produção de material para divulgação na Revista.

E indicar os servidores de seu gabinete, bem como os servidores do Gabinete da Corregedoria Regional.

## Raciocínio Lógico-Matemático

13. Considere um dado padrão, isto é, um cubo cujas faces estão numeradas com os números 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de modo que a soma dos números em quaisquer duas faces opostas seja igual a 7. Se, após o lançamento do dado sobre uma mesa, a face com o número 6 está voltada para cima, então a soma dos números nas faces visíveis é:

- A 20.
- B 19.
- C 17.
- D 18.
- E 15.

14. Se no sexto termo da sequência lógica 1A2; 2AB3; 3ABC4; 4ABCD5; ... , as letras vogais fossem trocadas pelo algarismo 7 e as letras consoantes pelo algarismo 6, ele se tornaria igual a:

- A 776677678.
- B 67667667.
- C 67676667.
- D 766676678.
- E 67666767.

15. Um filme com duração de 90 minutos é interrompido a cada 10 minutos, após seu início, para propaganda de dois minutos. Se o filme começar às 19h45min, ele terminará às:

- A 21h41min.
- B 21h29min.
- C 21h33min.
- D 21h45min.
- E 21h31min.

16. Luísa tem 20 pares de meias de quatro cores diferentes, brancas, pretas, cinzas e verdes. Sabe-se que exatamente 17 pares de meias não são pretas, 5 são verdes e exatamente 12 não são brancas. O número de pares de meias cinzas de Luísa é:

- A 3
- B 4
- C 5
- D 6
- E 7

17. Em uma determinada secretaria municipal no Brasil, do total de 49 servidores, há 21 deles que não falam nenhum idioma estrangeiro; os demais falam

inglês ou espanhol ou ambos. Se 13 falam espanhol e 22, inglês, então o número de servidores que falam apenas espanhol é

- A 4.
- B 2.
- C 6.
- D 8.
- E 10.

18. Na festa de fim de ano de uma empresa estavam presentes X pessoas. Para agradar os participantes foram encomendados docinhos especiais. A ideia era dar 7 docinhos para cada pessoa presente, mas verificou-se que faltariam 19 docinhos. Se fossem dados 6 docinhos para cada pessoa, sobriam 98 docinhos. O número de docinhos que haviam sido encomendados para essa festa era igual a

- A 800.
- B 750.
- C 600.
- D 950.
- E 100.

19. Manoel e Dolores precisavam classificar um grande número de processos. Manoel começou antes do que Dolores e ao final do dia havia classificado  $\frac{3}{8}$  do total de processos. Dolores trabalhou mais rápido do que Manoel e ao final do dia havia classificado  $\frac{1}{3}$  de processos a mais do que aqueles que Manoel havia classificado. Após esse dia de trabalho de Manoel e Dolores, é correto afirmar que:

- A ainda faltam  $\frac{1}{4}$  dos processos para serem classificados
- B eles terminaram a tarefa.
- C ainda faltam  $\frac{1}{8}$  dos processos para serem classificados.
- D eles classificaram  $\frac{17}{24}$  dos processos
- E eles classificaram apenas metade dos processos.

20. Uma empresa com 350 funcionários comprou refeições congeladas suficientes para o almoço deles durante 25 dias. Se essa empresa tivesse 100 funcionários a menos, a quantidade de refeições adquiridas seria suficiente para:

- A 28 dias.
- B 30 dias
- C 35 dias.
- D 40 dias.
- E 45 dias.

## Noções de Administração Geral e Pública

21. No que concerne às relações existentes nas estruturas organizacionais, a denominada autoridade de linha corresponde:

- A ao poder normativo exercido por determinados órgãos da organização, geralmente conselhos ou comitês.
- B àquela que o chefe de um órgão exerce diretamente sobre seus subordinados, integrantes deste órgão.
- C à função de zelar pelo cumprimento de regras e pela conformidade dos processos, típica das áreas de auditoria e *compliance*.
- D àquela exercida por empregado do mesmo nível hierárquico dos liderados, sem envolver relação de subordinação.
- E à função de coordenação, própria de gestores de projetos, na qual a autoridade é estabelecida de forma provisória, com duração vinculada a projeto ou ação específica.

22. Ao planejar a estrutura organizacional, uma das variáveis refere-se a quem os indivíduos e os grupos se reportam. Essa variável consiste em estruturar a:

- A especialização do trabalho.
- B departamentalização.
- C cadeia de comando.
- D centralização e descentralização.
- E formalização das regras.

23. A estrutura organizacional que combina as vantagens da especialização funcional com o foco e responsabilidades da departamentalização do produto, ou divisional, é conhecida como estrutura:

- A Baseada em projetos.
- B Linear.
- C Linha-Staff.
- D Sequencial.
- E Matricial.

24. No que concerne aos tipos de estruturas organizacionais, aquela denominada matricial possui como característica marcante a:

- A aplicação de uma matriz de apuração de resultados, com ponderação de fatores individuais e coletivos.
- B apuração de resultados de forma centralizada, admitindo-se a departamentalização apenas de atividades operacionais.
- C divisão dos processos de trabalho por critérios estritamente regionais, como forma de otimização dos resultados.
- D existência de centros de resultados de duração limitada a determinados projetos.
- E utilização de um fluxograma para ordenar os *inputs* e *outputs* existentes nos processos de trabalho.

25. Entre os tipos de estrutura organizacional apontadas correntemente pela literatura, destaca-se a denominada divisional, a qual:

- A é estruturada a partir e em função de projetos, contando, assim, com estruturas transitórias e com alto grau de flexibilidade para realocação de atividades e de pessoal.

B se diferencia da estrutura funcional em face da divisão de trabalho por tarefas e não por setores, substituindo o organograma pelo fluxograma.

C é caracterizada pela criação de unidades denominadas centros de resultados, que operam com relativa autonomia, inclusive apurando lucros ou prejuízos para cada uma delas.

D se caracteriza pela rigidez, sendo estruturada de forma hierárquica e centralizada, com comando vertical e apuração de resultados financeiros a partir de um único centro de custos.

E se diferencia dos demais modelos organizacionais pela departamentalização exclusivamente pelo critério de produção, com o estabelecimento de uma cadeia de atividades vinculada à divisão das etapas identificadas.

**26. Um dos conceitos contemporâneos ligados à gestão de riscos no âmbito das organizações públicas e privadas é o de *compliance*, que significa:**

A mecanismo de aplicação de sanções aos responsáveis por condutas antiéticas e responsabilização judicial.

B compromisso com as finalidades institucionais, objetivando evitar o risco de baixa produtividade.

C controle de qualidade, focado na prevenção e tratamento dos riscos de perdas e de falhas de produção.

D atuação conforme as normas e regras fixadas, tendo como escopo evitar fraudes, ilícitos e desvios de conduta.

E governança corporativa, ou seja, o envolvimento de todos os *stakeholders* (agentes) no processo decisório

**27. Considere as alternativas abaixo:**

**I. Os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade são próprios da gestão privada, aplicando-se à gestão pública apenas de forma subsidiária ao princípio do interesse público.**

**II. O princípio da legalidade aplicável à gestão pública possui a mesma conotação do aplicável à gestão privada, tendo, contudo, maior prevalência na gestão pública.**

**III. O cliente da iniciativa privada paga, apenas, pelos serviços que utiliza, enquanto o cliente da Administração pública os financia através de tributos, mesmo sem usá-los.**

**Está correto o que consta APENAS em:**

- A III.
- B I e III.
- C II e III.
- D I e II.
- E I.

**28. Como princípios de ação empreendedora no setor público, podem ser citados:**

A Cooperação entre prestadores de serviço; centralizar autoridade e mensurar performance pelos resultados obtidos.

B Atuar na prevenção de problemas; cooperação entre prestadores de serviço e orientação por objetivos.

C Catalisar ações entre o público e o privado; foco no controle exercido pela comunidade e visão de usuários como clientes.

D Competição entre prestadores de serviços; mensurar performance pelos resultados obtidos e orientação por normas e regulamentos.

E Implementar normas e regulamentos; foco no controle exercido pela comunidade e atuar na prevenção de problemas.

## **Noções de Direito Constitucional**

**29. Considerando a classificação das normas constitucionais quanto à sua aplicabilidade e eficácia:**

A todas as normas de direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição Federal têm eficácia plena, já que são normas de aplicação imediata segundo o texto constitucional.

B na ausência de norma regulamentadora de norma constitucional de eficácia contida poderá ser impetrado *habeas data*, desde que para assegurar a aplicação de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

C caracteriza norma de eficácia limitada aquela segundo a qual o direito de greve será exercido pelos servidores públicos nos termos e nos limites definidos em lei específica.

D caracteriza norma programática aquela segundo a qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

E na ausência de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos previstos em normas constitucionais de eficácia limitada, poderá ser impetrado mandado de segurança.

**30. Considere as seguintes normas constitucionais:**

**I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.**

**II. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.**

**III. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.**

**IV. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.**

**São normas de eficácia limitada os preceitos indicados SOMENTE em:**

- A I, II e III.
- B I e III.
- C I e IV.
- D II e IV.
- E III e IV.

**31. Em relação ao direito de associação, conforme previsto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:**

A fica vedada a suspensão compulsória das atividades das associações, a não ser por decisão judicial transitada em julgado.

B desde que não tenham fins lucrativos, as atividades associativas gozam de imunidade tributária.

C a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização.

D a interferência estatal no funcionamento das associações somente se justifica para garantia da ordem pública, social e econômica do país.

E todos podem associar-se pacificamente em locais abertos ao público, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

**32. Diante da disciplina constitucional do dever de respeito ao sigilo e do direito à informação:**

A a ação de impugnação de mandato não poderá tramitar em segredo de justiça.

B a segurança da sociedade e do Estado não são critérios válidos para que o órgão público negue ao indivíduo o acesso às informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

C as votações do Júri não podem ser sigilosas, sob pena de contrariar os princípios da ampla defesa e do contraditório.

D a preservação do direito à intimidade não pode ser invocada validamente para impedir que terceiros presenciem a prática de atos processuais.

E o sigilo das comunicações telefônicas não pode ser afastado por decisão judicial proferida em sede de ação popular, proposta para anular ato lesivo ao patrimônio ou à moralidade pública.

**33. São considerados pela Constituição Federal vigente órgãos do Poder Judiciário, dentre outros:**

A o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais e Juízes Desportivos e os Tribunais e Juízes Federais.

B o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais e Juízes de Paz.

C os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes de Paz, os Tribunais e Juízes dos Estados, Distrito Federal e Territórios.

D o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais e Juízes Eleitorais e os Tribunais e Juízes Militares.

E o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais e Juízes Federais e os Tribunais e Juízes Desportivos.

**34. Sobre a Justiça do Trabalho, a Constituição Federal dispõe que:**

A é da competência da Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades criminais impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

B em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho decidir o conflito.

C recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é obrigatório o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica, devendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito.

D nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular e por dois juízes classistas.

E os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

**35. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre o Ministério Público e seu Conselho Nacional:**

A o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

B a destituição do chefe do Ministério Público da União, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

C os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Senado Federal, na forma da lei ordinária respectiva.

D ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, sendo-lhe vedado, contudo, propor a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, em razão de ser esta atribuição de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo.

E o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

**36. Defensoria Pública de certo Estado da Federação pretende que seja aumentada a remuneração dos Defensores Públicos. Para alcançar seu objetivo deverá:**

A propor ao Governador que encaminhe à Assembleia Legislativa projeto de lei nesse sentido:

B propor ao Defensor Público Geral da União que encaminhe ao Congresso Nacional projeto de lei nesse sentido.

C propor ao Tribunal de Justiça que encaminhe à Assembleia Legislativa projeto de lei nesse sentido.

D propor diretamente à Assembleia Legislativa do Estado projeto de lei nesse sentido.

E editar resolução nesse sentido, independentemente de lei criando os cargos e aumentando a remuneração.

## **Noções de Direito Administrativo**

**37. O regime jurídico imposto à Administração pública a submete a princípios e regras. No que se refere à obrigatoriedade de observância:**

A os princípios possuem hierarquia superior às regras constantes da legislação, sobrepondo-se, portanto, a elas.

B a Administração indireta se submete apenas às regras constantes da legislação, não se lhes aplicando os princípios que regem a Administração direta.

C as regras legais podem ser afastadas se a Administração pública demonstrar que essa conduta melhor atenderá ao princípio da eficiência.

D o conteúdo dos princípios pode ser identificado em inúmeras regras legais, a exemplo da obrigatoriedade de realizar procedimento licitatório para garantia da impessoalidade entre os interessados.

E o princípio da legalidade é hierarquicamente superior aos demais princípios, porque obriga a Administração pública a agir nos termos da lei.

**38. O regime jurídico de direito público sujeita a Administração pública à observância de normas, que abrangem regras e princípios. No que se refere à dinâmica de aplicação das referidas normas:**

A os princípios centrais previstos na Constituição Federal sobrepõem-se às regras, estas que têm hierarquia infraconstitucional.

B as regras somente são válidas e eficazes se forem expressamente vinculadas a um princípio, sob pena de nulidade.

C inexistente hierarquia material apriorística entre as regras e os princípios, não cabendo, contudo, ao administrador público decidir não cumprir uma lei por entendê-la em desacordo com os princípios.

D os princípios incidem em escala de preferência, sendo o da legalidade dotado de preferência e prevalência sobre os demais princípios que regem a Administração pública.

E a legislação vigente, ainda que infraconstitucional, se sobrepõe hierarquicamente em relação aos princípios previstos na Constituição Federal.

**39. Por força da Lei nº 8.112/90, o servidor público investido no mandato de Prefeito:**

A será afastado do cargo, mas receberá as vantagens de seu cargo e a remuneração do cargo eletivo.

B será afastado do cargo, independentemente de haver compatibilidade de horário, não podendo optar pela sua remuneração.

C não será afastado do cargo, e perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horário.

D não será afastado do cargo, mas receberá apenas a remuneração do cargo eletivo.

E será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

**40. Em relação às sanções administrativas previstas na Lei n. 8.666/93, é correto afirmar que:**

A a assunção imediata do objeto do contrato pela Administração é uma penalidade cabível em caso de rescisão.

B a declaração de inidoneidade, no âmbito federal, é de competência exclusiva do Ministro de Estado.

C a multa não pode ser aplicada juntamente com outra sanção.

D a suspensão temporária de participação em licitação é por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

E a retenção de pagamento é uma penalidade.

**41. A emissão de uma licença de instalação cujos requisitos estão previstos na legislação de modo exaustivo, consubstancia-se em ato:**

A discricionário, de competência exaustiva.

B discricionário impróprio, posto que passível de ser emitido por qualquer autoridade superior.

C administrativo vinculado, devendo ser emitido pela autoridade competente pela legislação.

D administrativo discricionário, uma vez que sempre há opção da Administração entre editá-lo ou não, prescindindo de fundamentação.

E administrativo vinculado, uma vez que sempre há opção da Administração entre editá-lo ou não.

**42. Em ato administrativo de nomeação para cargo público, devidamente publicado em Diário Oficial, constatou-se que o nome do destinatário do ato de provimento saiu grafado incorretamente. Diante de tal situação e sabendo-se que não há outros vícios no ato administrativo, a Administração deverá promover sua:**

A anulação.

B convalidação.

C conversão.

D revogação.

E cassação.

**43. Considere:**

**I. Os atos administrativos discricionários não comportam controle judicial, haja vista a necessidade de respeito à atuação administrativa discricionária, pautada por razões de conveniência e oportunidade.**

**II. A discricionariedade ocorre, dentre outras hipóteses, quando a lei é omissa, porque não lhe é possível prever todas as situações supervenientes ao momento de sua promulgação, hipótese em que a autoridade deverá decidir conforme os princípios extraídos do ordenamento jurídico.**

**III. Arbitrariedade não se confunde com discricionariedade; naquela, a Administração ultrapassa os limites traçados pela lei, passando a atuar contrariamente à lei.**

Está correto o que se afirma **APENAS** em:

- A I
- B I e II.
- C II e III.
- D II.
- E III.

**44. Sobre o abuso de poder, é correto afirmar que:**

- A para combatê-lo, não há medida judicial cabível, devendo o prejudicado recorrer à via administrativa.
- B o abuso de poder só pode revestir a forma omissiva, não a comissiva.
- C o uso do poder é lícito, enquanto o abuso pode ser lícito ou ilícito, dependendo da finalidade.
- D a improbidade deve sempre ser considerada uma espécie de abuso de poder.
- E todo ato abusivo é nulo, por excesso ou desvio de poder.

### **Noções de Direito do Trabalho**

**45. No Direito do Trabalho, as sentenças normativas da Justiça do Trabalho, os costumes e a Convenção Coletiva de Trabalho são classificados, respectivamente, como fontes:**

- A formal autônoma, material heterônima e formal autônoma.
- B material autônoma, formal heterônima e formal autônoma.
- C formal autônoma, material heterônima e material heterônima.
- D material heterônima, formal autônoma e material heterônima.
- E formal heterônima, formal autônoma e formal autônoma.

**46. A empresa Siderúrgica AB S/A possui quatro mil empregados, sendo dois mil e quinhentos trabalhando na matriz em São Paulo (Capital) e mil e quinhentos na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. A empresa pretende promover a eleição de comissão de representantes de empregados com a finalidade de promover o entendimento direto com a empregadora. Dessa forma, deverá observar, de acordo com a legislação vigente:**

- A uma única comissão composta por 7 membros representantes de empregados, tendo em vista que os dois estabelecimentos se situam dentro do mesmo Estado.
- B uma comissão para cada estabelecimento, sendo composta cada uma com 3 membros representantes de empregados.
- C uma única comissão composta por 5 membros representantes de empregados, tendo em vista que os dois estabelecimentos se situam dentro do mesmo Estado.

D uma comissão para cada estabelecimento, sendo composta por 5 membros na cidade de São Paulo e 3 membros na cidade de Campinas.

E uma única comissão composta por 3 membros representantes de empregados, tendo em vista que os dois estabelecimentos se situam dentro do mesmo Estado.

**47. Camila e Soraya são estudantes, trabalham em sindicatos e são muito interessadas na legislação trabalhista. Vizinhas, frequentemente se reúnem para tomar um café e colocar a conversa em dia. No último encontro, as amigas começaram a discutir sobre as recentes mudanças ocorridas na Consolidação das Leis do Trabalho e sobre as Comissões de Conciliação Prévia. Camila afirmou corretamente para Soraya que as recentes mudanças ocorridas na Consolidação da Leis do Trabalho:**

A não alteraram as disposições legais referentes à Comissão de Conciliação Prévia e o mandato dos seus membros, titulares e suplentes continua sendo de dois anos, vedada a recondução.

B não alteraram as disposições legais referentes à Comissão de Conciliação Prévia, que é instituída no âmbito da empresa sendo composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros.

C alteraram as disposições legais referentes à Comissão de Conciliação Prévia e o mandato dos seus membros, titulares e suplentes passou a ser de dois anos, permitida uma única recondução.

D alteraram as disposições legais referentes à Comissão de Conciliação Prévia, sendo vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão, titulares e suplentes, até três meses após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave.

E não alteraram as disposições legais referentes à Comissão de Conciliação Prévia sendo que haverá na Comissão dois suplentes para cada representante titular.

**48. Sobre a situação do grupo econômico e a sucessão de empregadores, e suas implicações no contrato individual de trabalho, conforme dispositivos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho:**

A a mera identidade de sócios caracteriza o grupo econômico que gera a responsabilidade comum de todas as empresas deste grupo, havendo apenas a vinculação ao valor do capital social de cada empresa.

B a empresa principal será responsável subsidiária em relação às subordinadas em caso de formação de grupo econômico para os efeitos da relação de emprego.

C caracterizada a sucessão empresarial ou de empregadores, as obrigações trabalhistas contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida continuarão por conta desta empresa, não se transferindo para a responsabilidade do sucessor.

D se uma ou mais empresas estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, de forma a integrarem um grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

E o sócio retirante responde subsidiariamente com os demais sócios quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente de modificação do contrato.

**49. Dentro do universo das relações jurídicas, encontram-se as relações de trabalho e as relações de emprego. No tocante a essas relações, seus sujeitos e requisitos, segundo a legislação vigente:**

A considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza exclusiva e não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

B considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, mesmo sem assumir os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

C são distintos o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, mesmo que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

D os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão não se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

E se equiparam ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

**50. Considere:**

**I. A obrigação de comprovar o término do contrato de trabalho quando negado o despedimento é do empregador.**

**II. A descaracterização de um contrato de prestação de serviços de trabalhador sob sistema de cooperativa, desde que presentes os requisitos fático-jurídicos da relação empregatícia.**

**III. As cláusulas regulamentares que alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a alteração do regulamento.**

**Os itens I, II e III correspondem, respectivamente, aos princípios do Direito do Trabalho:**

A continuidade da relação de emprego; irrenunciabilidade; razoabilidade.

B razoabilidade; primazia da realidade; intangibilidade salarial.

C continuidade da relação de emprego; primazia da realidade; condição mais benéfica.

D primazia da realidade; condição mais benéfica; instrumentalidade das formas.

E irrenunciabilidade; continuidade da relação de emprego; prevalência do negociado sobre o legislado.

**51. Marta, Carla e Camila eram empregadas da empresa Y. Marta requereu a rescisão de seu contrato de trabalho, cumprindo o período de aviso**

**prévio. Carla teve seu contrato de trabalho rescindido sem justa causa sendo que seu aviso prévio foi indenizado. Camila teve também seu contrato de trabalho extinto sem justa causa, mas seu aviso prévio foi trabalhado. Nestes casos, conforme súmula do TST, o pagamento relativo ao período de aviso prévio está sujeito a contribuição para o FGTS na rescisão contratual de:**

A Carla e Camila, apenas.

B Marta e Camila, apenas.

C Camila, apenas.

D Marta, Carla e Camila.

E Carla, apenas.

**52. Mário ausentou-se do trabalho por três dias por ter se casado, tirando suas férias vencidas em seguida, e, finalmente, deixando de retornar ao trabalho por ter acompanhado sua esposa que foi, voluntariamente, doar sangue, sem previsão de abono de falta em norma coletiva. Nos casos expostos, tem-se, respectivamente, a caracterização no contrato de trabalho de:**

A interrupção, interrupção e suspensão, respectivamente.

B interrupção, suspensão e suspensão, respectivamente.

C suspensão, interrupção e interrupção, respectivamente.

D suspensão, em todos os casos.

E interrupção, em todos os casos.

## **Noções de Direito Processual de Trabalho**

**53. Considere as assertivas abaixo a respeito do termo lavrado na audiência de conciliação.**

**I. É decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social.**

**II. Deverá sempre indicar a natureza jurídica das parcelas, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.**

**III. Passa a ser título executivo judicial.**

**É correto o que se afirma em:**

A I e II, apenas.

B I, II e III.

C I, apenas.

D II, apenas.

E III, apenas.

**54. Quanto ao processo do trabalho, conforme jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho:**

A a homologação de acordo não constitui faculdade do juiz, havendo direito líquido e certo tutelável pela via do Mandado de segurança, caso o juiz não homologue.

B se a intimação tiver lugar na sexta-feira, o prazo judicial será contado da segunda-feira imediata, inclusive, salvo se não houver expediente, caso em que fluirá no dia útil que se seguir.

C o *ius postulandi* das partes, estabelecido na CLT, estende-se a todas as ações propostas perante as Varas do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho.

D a reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, salvo se estiver presente seu advogado, munido de procuração.

E na Justiça do Trabalho, conforme previsão contida na CLT, as decisões interlocutórias ensejam recurso imediato, em qualquer situação.

**55. Em relação à execução trabalhista, conforme legislação vigente:**

A será promovida pelas partes, permitida a atuação de ofício do Juiz, ainda que as partes estejam assistidas por advogado.

B requerida a execução, o Juiz mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que proceda ao pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, em cinco dias, ou garanta a execução, sob pena de penhora.

C garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado prazo de quinze dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.

D a matéria de defesa em embargos à execução será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida, não cabendo produção de prova testemunhal em audiência.

E o executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da quantia correspondente, atualizada e acrescida das despesas processuais, apresentação de seguro-garantia judicial ou nomeação de bens à penhora, observada a ordem preferencial estabelecida na lei processual civil.

**56. Diana ajuizou reclamação trabalhista requerendo o pagamento de horas extras sonegadas por sua empregadora Empresa Delta Confecções. A sentença julgou procedente seu pedido. Inconformada com a decisão de primeiro grau, a reclamada resolveu recorrer. Entretanto, não efetuou o depósito recursal e não recolheu as custas processuais devidas, razão pela qual, por falta de preparo, o seu recurso não obteve processamento. Nesta situação, o recurso cabível para a reclamada é:**

- A embargos declaratórios, em 5 dias.
- B agravo de instrumento, em 8 dias.
- C agravo de petição, em 8 dias.
- D recurso ordinário, em 15 dias.
- E agravo de instrumento, em 5 dias.

**57. A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe sobre a organização dos Poderes do Estado, com capítulo próprio sobre o Poder**

**Judiciário. De acordo com tais normas, são órgãos da Justiça do Trabalho:**

A Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.

B Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais de Justiça e Varas do Trabalho.

C Supremo Tribunal Federal, Tribunais Regionais do Trabalho e Juizes do Trabalho.

D Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juizes do Trabalho atuando em Varas do Trabalho.

E Supremo Tribunal do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal e Varas do Trabalho.

**58. A Fazenda Pública, devidamente intimada na pessoa de seu representante judicial, poderá impugnar a execução. Neste caso, a matéria que NÃO poderá ser arguida é:**

- A excesso de execução.
- B ilegitimidade de parte.
- C falta ou nulidade de citação, se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia.
- D desconhecimento do exequente.
- E cumulação indevida de execuções.

**59. No tocante aos recursos no processo do trabalho e de acordo com a legislação trabalhista, considere:**

**I. O agravo de instrumento, em regra, se destina a destrancar despachos que denegarem seguimento a interposição de recursos, não se destinando a atacar decisões interlocutórias, uma vez que estas são irrecorríveis de imediato.**

**II. Os termos de conciliação homologados pela Justiça do Trabalho são irrecorríveis, salvo para a Previdência Social, quanto às contribuições que lhe forem devidas.**

**III. O recurso extraordinário não é cabível na Justiça do Trabalho, uma vez que não está previsto no rol dos recursos previstos na CLT (embargos, recurso ordinário, recurso de revista e agravo).**

**IV. Havendo recurso, as custas devidas para a parte que for obrigada ao seu recolhimento, deverão ser pagas e comprovadas dentro do prazo recursal, sob pena de deserção.**

**Está correto o que consta em:**

- A III e IV, apenas.
- B I, II, III e IV.
- C I e II, apenas.
- D I, II e IV, apenas.
- E II, III e IV, apenas.

**60. Nos termos do entendimento jurisprudencial sumulado do TST, o recurso adesivo é:**

- A incompatível com o processo do trabalho em razão dos princípios inerentes as relações empregatícias.
- B compatível com o processo do trabalho e cabe nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos.

C compatível com o processo do trabalho e cabe apenas nas hipóteses de interposição de recurso ordinário e de agravo de petição.

D compatível com o processo do trabalho e cabe apenas nas hipóteses de interposição de recurso ordinário e de revista.

E compatível com o processo do trabalho e cabe apenas nas hipóteses de interposição de recurso ordinário.

**Gabarito Rascunho**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

**Gabarito**

**Simulado Grátis – Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região**

**NÍVEL MÉDIO**

<b>Técnico Judiciário – Área Administrativa</b>																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	B	C	C	B	B	C	B	E	C	B	D	A	E	E	B	C	A	C	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	E	D	C	D	A	C	C	B	C	E	D	E	A	D	D	E	E	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	B	C	E	E	C	B	D	E	C	D	A	B	B	E	B	D	D	D	B